

FORMAÇÃO AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA

Os desafios do desenvolvimento sustentável

Francisco de Assis Costa



SÉRIE IV
DINÂMICA CONTEMPORÂNEA
Livro 1

ECONOMIA
POLÍTICA DA
AMAZÔNIA



Francisco de Assis Costa nasceu em 1948, em Pedro Avelino, no Rio Grande do Norte, em cuja Universidade Federal graduou-se em Ciências Econômicas em 1971. Após especialização em Matemática (CECINE-UFPE) e Planejamento (NAEA-UFPA), trabalhou no Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, sendo coordenador técnico da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Pará (1978-1982). Orientado pela Professora Maria Yedda Linhares obteve título de Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1981. Doutorou-se em Economia pela *Freie Universität Berlin* em 1988, na Alemanha Federal. Iniciou carreira docente em 1989 na Universidade Federal do Pará (UFPA), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e no Departamento de História. Foi diretor de planejamento da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (2003-2005) e Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2011-2012). É Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da UFPA. É pesquisador ativo da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist, UFRJ) e da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Projeto GEOMA). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, foi *Visiting Fellow no Centre for Brazilian Studies* (CBS) da Oxford University, Inglaterra (*Hilary e Trinity Terms*, 2007). Orientou inúmeras teses e detém vasta publicação acadêmica. Sua experiência de pesquisa tem ênfase em economia agrária, história econômica, desenvolvimento regional e relações entre economia e sustentabilidade ambiental, destacando o papel das inovações tecnológicas e institucionais, sobretudo na Amazônia.

Formação Agropecuária da Amazônia

Os desafios do desenvolvimento sustentável

Francisco de Assis Costa



Belém, 2012
2ª Edição

Formação Agropecuária da Amazônia

Os desafios do desenvolvimento sustentável

Francisco de Assis Costa

Patrocinador do Projeto



FORDFOUNDATION

Na Linha de Frente das Mudanças Sociais

COPYRIGHT © Francisco de Assis Costa, 2012



Conselho Editorial NAEA
ARMIN MATHIS
EDNA MARIA RAMOS DE CASTRO
FÁBIO CARLOS DA SILVA
JUAREZ CARLOS BRITO PEZZUTI
LUIZ EDUARDO ARÁGON
MARÍLIA FERREIRA EMMI
NIRVIA RAVENA
ORIANA TRINDADE DE ALMEIDA

Créditos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Carlos Eduardo Maneschy - Reitor

NÚCLEO ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
Armin Mathis – Diretor
Fábio Carlos da Silva – Vice Diretor
Oriana Trindade de Almeida – Coordenadora do PDTU
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – Coordenador PLADES

FUNDAÇÃO FORD
Apoio

AUTORIA DOS TEXTOS
Francisco de Assis Costa

REVISÃO
Marly Camargo Vidal

PROJETO GRÁFICO
Rose Pepe Produções e Design

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
S7ven Consultoria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Biblioteca do NAEA/UFPA)

Costa, Francisco de Assis
Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável /
Francisco de Assis Costa – Belém: NAEA, 2012.

299 p.: il. ; 23 cm. - (Coleção Economia Política da Amazônia. Série IV- Dinâmica contemporânea ; v. 1).

Inclui bibliografias
ISBN: 978-85-7143-098-3

1. Agropecuária – Condições econômicas - Amazônia. 2. Economia agrícola - Amazônia.
3. Economia - Pará. 4. Desenvolvimento sustentável – Amazônia. I. Título. II. Série.

CDD 22. ed. 338. 9009811



Gado bovino no curral



APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa “Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (GP-DadesaNaea), vem há anos desenvolvendo estudos que compõem uma ampla abordagem interdisciplinar da Amazônia. No esforço, enfatiza a diversidade estrutural e as configurações urbano-rurais que caracterizam as economias locais e realça o papel do conhecimento e da qualidade das instituições no desenvolvimento regional. Mais recentemente, tem procurado integrar esses elementos com as questões associadas às mudanças climáticas e aos mercados de commodities ambientais em formação.

Com a ajuda da Fundação Ford, o GP-DadesaNaea começa a organizar sua produção em cinco séries, cada uma com numeração própria, a saber: Série I “Termos de Referência e Avaliações”; Série II “Fundamentos Teóricos e Metodológicos”; Série III “Formação Histórica”; Série IV “Dinâmica Contemporânea” e Série V “Indicações Prospectivas”. O conjunto das séries conforma a Coleção “Economia Política da Amazônia” (CEPA). São três os propósitos principais da CEPA: 1) compor a produção do GP, que flui em artigos e em relatórios parciais, em livros que permitam uma visão mais integral da abordagem coletiva (funções dos livros); 2) compor em dimensões (teórica, histórica, metodológica) a produção organizada em livros (função das séries); 3) compor uma visão multidimensional do objeto do esforço, o desenvolvimento da região e suas sociedades (função da coleção). Por sua vez, a Série I tem por fim abrigar textos seminiais e de aprimoramento do trabalho do grupo, de modo que contribuições críticas externas ao grupo ai terão lugar.

Este é o Livro 1 da Série IV “Dinâmica Contemporânea”. O livro é uma segunda edição de obra já publicada com o mesmo título pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará no ano de 2000, em tiragem logo esgotada. Em seis partes, trata das grandes referências estruturais presentes na fronteira agrícola na Amazônia, detalha a dinâmica agrícola e agrária dos anos oitenta e noventa do século XX, revisa as políticas públicas até o Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO), analisando seus impactos em perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A obra incorpora resultados de pesquisas realizadas no âmbito de diferentes projetos e cooperações. No todo, contamos com a parceria do *Deutscher Entwicklungsdienst* (DED), órgão de cooperação alemão que também financiou a publicação da primeira edição, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-Pará).

Contamos com o apoio permanente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFGA), onde, ademais, privamos do convívio, essencial para a maturidade de muitas das discussões aqui encaminhadas, com os colegas, alunos e orientados de diferentes fases do Programa de Pós-

Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e do Grupo de Pesquisa Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (GP-DadesaNaea), no qual, dois grupos, em dois momentos, tiveram papéis destacados: em fins dos anos noventa, Eugênia Rosa Cabral, Roberto Robson Vilar, Tomas Inhetvin e Vânia Regina Vieira de Carvalho; nos últimos anos, Cleidiane Novais, Danilo Fernandes, Fernanda da Silva de Andrade Moreira, Inailde Almeida, José de Alencar Costa, Jochen Dürr, Luis Gonzaga Feijão, Karen Nogueira, Maria do Carmo Américo e Sebastião Aluizio Solyno Sobrinho.

Belém do Pará, outubro de 2012

A handwritten signature in black ink, reading "Francisco de Assis Costa". The signature is written in a cursive, flowing style with a large initial 'F' and 'C'.



Vitória-régia



Para Horácio Martins de Carvalho



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I-1	<i>Relação entre os assassinatos no campo e o valor de incentivos fiscais concedidos à grande empresa agropecuária no Pará, por microrregião, em % do total.</i>	62
Gráfico I-2	<i>Condição social das vítimas dos assassinatos no campo, no Pará, de 1966 a 1986.</i>	63
Gráfico I-3	<i>Projetos agropecuários aprovados anualmente pela SUDAM, para o Estado do Pará (percentagem para o total amostral de 238 projetos).</i>	74
Gráfico I-4	<i>Estado de origem dos principais acionista dos projetos agropecuários incentivados pela SUDAM no Pará, por microrregião, em % do total</i>	74
Gráfico II-1	<i>Posições relativas dos camponeses frente aos vetores mudança técnica e concentração fundiária pelas principais microrregiões do Estado do Pará</i>	102
Gráfico III-1	<i>Comunidade do Uraim – Área cultivada total nos sistemas de produção que conjugam culturas temporárias e permanentes.</i>	151
Gráfico III-2	<i>Comunidade do Uraim – Área cultivada total nos sistemas de produção que conjugam culturas temporárias, permanentes e pastos.</i>	151
Gráfico III-3	<i>Comunidade do Uraim – Rendimento bruto médio anual por hectare cultivado e por trabalhador equivalente nos sistemas que conjugam culturas temporárias e permanentes.</i>	152
Gráfico III-4	<i>Comunidade do Uraim – Rendimento bruto médio anual por hectare cultivado e por trabalhador equivalente nos sistemas que conjugam culturas temporárias e permanentes e pastos.</i>	152
Gráfico III-5	<i>Proporção da área colhida com culturas permanentes na área colhida total dos município de Capitão Poço e Irituia.</i>	154
Gráfico III-6	<i>Evolução da Área com culturas Permanentes por Unidade Familiar em Capitão Poço e Irituia, em Hectare, 1976-1992.</i>	155
Gráfico III-7	<i>Evolução da área colhida, do valor total e do valor por hectare das culturas temporárias em Capitão Poço, 1976-1992, números índices (1976=100).</i>	156
Gráfico III-8	<i>Evolução da érea colhida, do valor total e do valor por hectare das culturas temporárias em Irituia, 1976-1992, números índices (1976=100).</i>	157

<i>Gráfico III-9</i>	<i>Evolução da área média por unidade familiar de culturas permanentes em Capitão Poço e Irituia.</i>	<i>161</i>
<i>Gráfico IV-1</i>	<i>Evolução, para a unidade familiar média pesquisada, da área em produção total, da necessidade de trabalho e das respectivas proporções nas disponibilidades médias – 1985 a 2002.</i>	<i>200</i>
<i>Gráfico IV-2</i>	<i>Evolução do produto real, para a unidade familiar média pesquisada, por grupos de produtos das lavouras permanentes, das lavouras temporárias e da pecuária – 1985 a 2002.</i>	<i>201</i>
<i>Gráfico IV-3</i>	<i>Comparação entre a estrutura relativa da produção de C&T e do Valor Bruto da Produção Agrícola para as 50% mais e menos importantes culturas no Brasil.</i>	<i>226</i>
<i>Gráfico V-1</i>	<i>Comparação entre a estrutura relativa da produção de C&T e do Valor Bruto da Produção Agrícola para as 50% mais e menos importantes culturas na Amazônia.</i>	<i>227</i>
<i>Gráfico V-2</i>	<i>Evolução da convergência entre produção de C&T agropecuária e o Valor Bruto da Produção das culturas agrupadas por ordem de importância para o Brasil e a Amazônia.</i>	<i>227</i>
<i>Gráfico VI-1</i>	<i>Evolução das principais variáveis da economia dos estabelecimentos pesquisados – 1985 a 2002.</i>	<i>258</i>
<i>Gráfico VI-2</i>	<i>Evolução dos débitos e os resultados econômicos para todo o ciclo de investimentos impulsionado pelo FNO</i>	<i>264</i>
<i>Gráfico VI-3</i>	<i>Evolução de indicadores de sustentabilidade ecológica: intensidade e diversidade do uso do solo e o efeito conjunto da intensidade e diversidade (incluindo e excluindo pasto).</i>	<i>267</i>
<i>Gráfico VI-4</i>	<i>Evolução do efeito conjunto de intensidade e diversidade do uso do solo (Índice de Intensidade-Diversidade do Uso do Solo) para os municípios melhor e pior posicionados em relação à média.</i>	<i>268</i>



LISTA DE TABELAS

<i>Tabela I-1</i>	<i>Composição da Renda Interna nos setores de produção animal e vegetal na Amazônia, 1910 e 1920.</i>	39
<i>Tabela I-2</i>	<i>Investimento total dos projetos aprovados pela SUDAM (até dez. de 85 e em bilhões de Cr\$).</i>	57
<i>Tabela I-3</i>	<i>Distribuição dos incentivos fiscais por classe de investimento total dos projetos agropecuários aprovados pela SUDAM (bilhões de Cr\$ de 1985).</i>	58
<i>Tabela I-4</i>	<i>Relação entre tipos de acionistas principais, sua importância econômica e tamanho médio dos seus projetos (em Bilhões de Cr\$ de 1985).</i>	59
<i>Tabela I-5</i>	<i>Área dos projetos por classe de investimento total</i>	60
<i>Tabela I-6</i>	<i>Relação entre o patrimônio líquido pré-operacional e os resultados acumulados do conjunto das empresas agropecuárias incentivadas (bilhões de Cr\$ de 1985)</i>	65
<i>Tabela I-7</i>	<i>Relação entre o patrimônio líquido pré-operacional e os resultados acumulados do conjunto das empresas agropecuárias incentivadas (bilhões de Cr\$ de 1985).</i>	66
<i>Tabela I-8</i>	<i>Pastagem e rebanho planejados e obtidos pelos projetos agropecuários incentivados – 1985.</i>	67
<i>Tabela I-9</i>	<i>Emprego programado e atual nas empresas com incentivos fiscais, em 1985.</i>	68
<i>Tabela I-10</i>	<i>Relação entre o valor contábil das terras e a parceria de recursos próprios dos projetos agropecuários incentivados (em bilhões de Cr\$ de 1985).</i>	69
<i>Tabela I-11</i>	<i>Elementos do balanço patrimonial e da demonstração de resultados da Cia. de Terras da Mata Geral, para o exercício de 1985 (em bilhões de Cr\$ correntes).</i>	70
<i>Tabela I-12</i>	<i>Localização dos projetos aprovados, no Pará, até 1984 por período e por microrregião (amostra de 135 projetos).</i>	73
<i>Tabela I-13</i>	<i>Coefficientes de Correlação de Pearson entre a quantidade produzida (para o ano t) e preço (para o ano t-1) do Arroz de 1970 a 1980 em microrregiões escolhidas no Estado do Pará.</i>	93
<i>Tabela I-14</i>	<i>Coefficientes de Correlação de Pearson da produtividade do Arroz em relação ao tempo em microrregiões escolhidas no Estado do Pará.</i>	94
<i>Tabela II-1</i>	<i>Taxa geométrica de crescimento anual do valor da produção agrícola camponesa na Região Norte - 1970 a 1985.</i>	97

<i>Tabela II-2</i>	<i>Análise fatorial de variáveis fundamentais da economia camponesa no Estado do Pará.</i>	<i>100</i>
<i>Tabela II-3</i>	<i>Prevalência dos fatores Mudança Técnica e Concentração Fundiária nas principais microrregiões do Estado do Pará.</i>	<i>101</i>
<i>Tabela III-1</i>	<i>Média da área, forma de trabalho e de administração dos estabelecimentos por estratos de área, Região Norte, 1985.</i>	<i>132</i>
<i>Tabela III-2</i>	<i>Média da área, forma de trabalho e de administração dos estabelecimentos por estratos de área, Região Norte e Estados, 1985.</i>	<i>133</i>
<i>Tabela III-3</i>	<i>Total de pessoal ocupado, relações de trabalho e forma de administração dos estabelecimentos por estratos de área, total da Região Norte e Estados, 1985.</i>	<i>134</i>
<i>Tabela III-4</i>	<i>Evolução da produção animal e vegetal entre 1980 e 1985 por forma de produção (Taxas geométricas de crescimento anual) na Região Norte.</i>	<i>135</i>
<i>Tabela III-5</i>	<i>Evolução da composição do valor da produção do setor rural da Região Norte por forma de produção, tipo de produto e unidades federativas.</i>	<i>136</i>
<i>Tabela III-6</i>	<i>Estados da Região Norte - Evolução da produção animal e vegetal entre 1980 e 1985, - Taxas geométricas de crescimento anual do valor da produção (%).</i>	<i>137</i>
<i>Tabela III-7</i>	<i>Região Norte - Evolução da área colhida das culturas temporárias e permanentes de 1981 a 1990 (taxas anuais de crescimento geométrico).</i>	<i>138</i>
<i>Tabela III-8</i>	<i>Decomposição das variações totais na área colhida em variações derivadas do efeito escala e efeito substituição de culturas. Médias trienais 1978/79/80 e 1988/89/90. Em hectare na Região Norte.</i>	<i>139</i>
<i>Tabela III-9</i>	<i>Evolução da agropecuária paraense, 1980 a 1985 (taxas geométricas médias de crescimento anual).</i>	<i>141</i>
<i>Tabela III-10</i>	<i>Evolução da área colhida com culturas temporárias e permanentes nos anos oitenta (taxas geométricas de crescimento anual).</i>	<i>141</i>
<i>Tabela III-11</i>	<i>Decomposição das variações totais na área colhida em variações derivadas do Efeito Escala e do Efeito Substituição de culturas (com base nas médias móveis trianuais 1978/79/80 e 1988/89/90).</i>	<i>142</i>
<i>Tabela III-12</i>	<i>Evolução da formação de capital, por forma de produção, entre 1980 e 1985 (%), no Estado do Pará.</i>	<i>143</i>
<i>Tabela III-13</i>	<i>Evolução do crédito para investimentos entre 1980 e 1985, por forma de produção (%), no Estado do Pará.</i>	<i>145</i>
<i>Tabela III-14</i>	<i>Subsetores Incentivados pela política de incentivos fiscais nos períodos 1976-1980 e 1981-1985.</i>	<i>145</i>
<i>Tabela III-15</i>	<i>Composição relativa e taxa anual de crescimento da produção agrícola da comunidade de Uraim em 1981 e 1989 - valor da produção e produto real.</i>	<i>146</i>
<i>Tabela III-16</i>	<i>Implantação de culturas permanentes na Colônia do Uraim em hectares, por períodos quinquenais - 1971-1990</i>	<i>146</i>
<i>Tabela III-17</i>	<i>Área e trabalho próprio e de terceiros utilizado na implantação da cultura da pimenta-do-reino na Colônia do Uraim.</i>	<i>147</i>

<i>Tabela III-18</i>	<i>Evolução das condições econômicas dos camponeses do Uraim entre 1981 e 1989.</i>	<i>149</i>
<i>Tabela III-19</i>	<i>Evolução das condições econômicas dos camponeses do Uraim entre 1981 e 1989, por sistemas de produção.</i>	<i>150</i>
<i>Tabela III-20</i>	<i>Número médio de culturas por estabelecimento e por estrato de renda bruta na comunidade do Uraim</i>	<i>150</i>
<i>Tabela III-21</i>	<i>Coefficientes angulares das regressões lineares da rentabilidade por hectare e da área colhida para Irituia e Capitão Poço, em três períodos seqüenciados.</i>	<i>157</i>
<i>Tabela III-22</i>	<i>Capitão Poço - Evolução da área com culturas permanentes entre os camponeses (ha).</i>	<i>159</i>
<i>Tabela III-23</i>	<i>Irituia – Evolução da área com culturas permanentes entre os camponeses (ha).</i>	<i>160</i>
<i>Tabela III-24</i>	<i>Estrutura da renda líquida global por atividade e por produto e participação do autoconsumo dos camponeses de Capitão Poço em 1993.</i>	<i>163</i>
<i>Tabela III-25</i>	<i>Estrutura da renda líquida global por atividade e por produto e participação do autoconsumo dos camponeses de Irituia em 1992.</i>	<i>164</i>
<i>Tabela III-26</i>	<i>Indicadores Econômicos dos Padrões Reprodutivos dos Camponeses de Irituia e Capitão Poço.</i>	<i>169</i>
<i>Tabela III-27</i>	<i>Cálculo da eficiência reprodutiva e do índice de Gini-Hirschman para o padrão reprodutivo vigente entre os camponeses de Irituia.</i>	<i>171</i>
<i>Tabela III-28</i>	<i>Cálculo da eficiência reprodutiva e do índice de Gini-Hirschman para o padrão reprodutivo vigente entre os camponeses de Capitão Poço</i>	<i>172</i>
<i>Tabela IV-1</i>	<i>A estrutura agrária e agrícola do Pará em 1995.</i>	<i>177</i>
<i>Tabela IV-2</i>	<i>Formas de uso das terras privatizadas em 1995, no Pará, por formas de produção.</i>	<i>179</i>
<i>Tabela IV-3</i>	<i>Valor da produção animal e vegetal do Pará, 1995-1996.</i>	<i>181</i>
<i>Tabela IV-4</i>	<i>Custos da produção animal e vegetal do Estado do Pará, 1995 (R\$ correntes).</i>	<i>183</i>
<i>Tabela IV-5</i>	<i>Composição relativa dos itens de custo e do valor da produção por formas de produção e índice de densidade do tipo de despesa no Valor Bruto da Produção.</i>	<i>184</i>
<i>Tabela IV-6</i>	<i>Renda líquida média dos estabelecimentos e indicadores de eficiência econômica por forma de produção no Pará, 1995.</i>	<i>186</i>
<i>Tabela V-1</i>	<i>Distribuição espacial do valor bruto da produção animal e vegetal do Pará – 1995-96 (em R\$ correntes).</i>	<i>188</i>
<i>Tabela V-2</i>	<i>Composição do valor bruto da produção animal e vegetal nas mesorregiões Sudeste e Nordeste Paraense, 1995.</i>	<i>189</i>
<i>Tabela V-3</i>	<i>Renda líquida média dos estabelecimentos e indicadores de eficiência econômica por forma de produção na mesorregião Nordeste Paraense, 1995.</i>	<i>190</i>

<i>Tabela V-4</i>	<i>Renda líquida média dos estabelecimentos e indicadores de eficiência econômica por forma de produção na mesorregião Sudeste Paraense, 1995.</i>	<i>192</i>
<i>Tabela V-5</i>	<i>Investimentos em plantios financiados e não financiados (em R\$ de 1995).</i>	<i>195</i>
<i>Tabela V-6</i>	<i>Participação relativa dos investimentos em plantios financiados e não financiados, por municípios.</i>	<i>195</i>
<i>Tabela V-7</i>	<i>Valor dos rebanhos financiados e não financiados (em R\$ de 1995).</i>	<i>196</i>
<i>Tabela V-8</i>	<i>Participação relativa do valor dos rebanhos financiados e não financiados, por municípios.</i>	<i>197</i>
<i>Tabela V-9</i>	<i>Composição do valor dos fundamentos produtivos das unidades de produção pesquisadas.</i>	<i>197</i>
<i>Tabela V-10</i>	<i>Investimentos totais financiados e não financiados em plantios e rebanhos (Valores absolutos em R\$ correntes).</i>	<i>198</i>
<i>Tabela V-11</i>	<i>Média da área, formas de trabalho e de administração dos estabelecimentos por estratos de área, Estado do Pará, 1995.</i>	<i>208</i>
<i>Tabela V-12</i>	<i>Desenvolvimento da estrutura fundiária do Estado do Pará, de 1970 a 1995.</i>	<i>209</i>
<i>Tabela V-13</i>	<i>Proporções do VBP e da Produção de C&T acumulada e respectivas convergências para diferentes grupamentos polarizados de culturas, para o Brasil e para a Amazônia.</i>	<i>228</i>
<i>Tabela V-14</i>	<i>Proporção percentual dos projetos de pesquisa da EMBRAPA que se fizeram em parceria, por instituição e região (dados coletados em novembro de 1990).</i>	<i>231</i>
<i>Tabela V-15</i>	<i>Citantes e citados na produção científica do CPATU e INPA sobre os seis principais produtos comumente pesquisados.</i>	<i>232</i>
<i>Tabela V-16</i>	<i>Tipo de atividade de P & D financiada por esfera de procedência dos recursos.</i>	<i>235</i>
<i>Tabela VI-1</i>	<i>Insumos financiados compulsoriamente em culturas importantes no financiamento do FNO.</i>	<i>254</i>
<i>Tabela VI-2</i>	<i>Débitos contratados totais e transferências em dinheiro para 567 financiados do FNO (em R\$).</i>	<i>255</i>
<i>Tabela VI-3</i>	<i>Valor de variáveis fundamentais e indicadores da economia camponesa em diferentes anos, por município.</i>	<i>260</i>
<i>Tabela VI-4</i>	<i>Variação do valor das variáveis e indicadores escolhidos da economia camponesa em diferentes anos, por município</i>	<i>261</i>
<i>Tabela VI-5</i>	<i>Contribuição de cada atividade na rentabilidade média de cada trabalhador equivalente em diferentes anos, por município.</i>	<i>262</i>
<i>Tabela VI-6</i>	<i>Débitos contratados e resultados líquidos por trabalhador equivalente, por município (R\$).</i>	<i>266</i>
<i>Tabela A-1</i>	<i>Estrutura relativa do Valor Bruto da Produção da agricultura brasileira e da produção de C&T da EMBRAPA em todo o País.</i>	<i>293</i>

<i>Tabela A-1</i>	<i>Estrutura relativa do Valor Bruto da Produção da agricultura brasileira e da produção de C&T da EMBRAPA em todo o País (Continuação).</i>	294
<i>Tabela A-2</i>	<i>Estrutura relativa do Valor Bruto da Produção da agricultura e da produção de C&T da EMBRAPA-CPTU no Estado do Pará .</i>	295
<i>Tabela A-3</i>	<i>Área financiada pelo FNO, por ano de aprovação do crédito e por lavoura permanentes solteiras e consorciadas (em Ha).</i>	296
<i>Tabela A-4</i>	<i>Volume da área com culturas temporárias e permanentes e financiada pelo FNO de 1990 a 1996.</i>	296
<i>Tabela A-5</i>	<i>Projeção da área financiada pelo FNO, acumulada e em produção, 1994 a 2002 (em ha).</i>	297
<i>Tabela A-6</i>	<i>Projeção do Valor Bruto da Produção das culturas permanentes financiadas pelo FNO, acumulada e em produção, 1994 a 2002 (em R\$ 1.000).</i>	297
<i>Tabela A-7</i>	<i>Evolução da Produção de culturas permanentes no Estado do Pará.</i>	298
<i>Tabela A-8</i>	<i>Evolução do número de unidades produtivas camponesas pesquisados por ano de acesso ao primeiro lote, por município de localização do lote.</i>	298
<i>Tabela A-9</i>	<i>Tamanho Médio dos Lotes das Unidades Camponesas Pesquisadas, por Ano de Acesso ao Primeiro Lote e por Município.</i>	298
<i>Tabela A-10</i>	<i>Evolução do Número de Trabalhadores Equivalentes por Unidade Familiar – Total da unidades camponesas pesquisadas.</i>	299
<i>Tabela A-11</i>	<i>Evolução da Área Plantada, da Renda (Produto Real) e do Trabalho Necessário (média por unidade familiar) – Total das unidades camponesas pesquisadas.</i>	299



LISTA DE FIGURAS

<i>Figura I-1</i>	<i>A estratégia da ditadura militar para a modernização da agricultura.</i>	<i>54</i>
<i>Figura II.1</i>	<i>Interrelação entre os fatores atuantes na economia camponesa no Estado do Pará</i>	<i>102</i>
<i>Figura II-2</i>	<i>Campos de vigência, crise e superação de um padrão reprodutivo</i>	<i>115</i>
<i>Figura II-3</i>	<i>Trajetórias de adaptação das unidades camponesas por ajustamento da eficiência reprodutiva.</i>	<i>118</i>



PRÓLOGO

Nas últimas décadas, uma nova consciência ecológica mundial vem sendo gradativamente assimilada por discursos e práticas políticas e sociais. Tal evolução processa-se como resultado de dupla contraditória manifestação do industrialismo: a crise ecológica subjacente ao seu próprio desenvolvimento, manifestando-se nos perigos associados ao efeito estufa, ao uso da energia atômica e ao envenenamento do ciclo alimentar, e os avanços extraordinários que se registram na bioengenharia e na farmacologia, muitos dos quais estritamente dependentes da biodiversidade do planeta.

A gravidade da crise – para uns, irrecorrível crise de civilização, para outros, crise de modos de comportamento privado e público, superáveis no quadro mesmo das estruturas vigentes – e as expectativas positivas em relação as tecnologias de manipulação da vida põem em relevo a Amazônia como portadora da maior floresta tropical do planeta. Tanto porque a preservação de tal acervo prestaria os serviços ambientais de estabilização do clima (seja por absorver os desequilíbrios do balanço de carbono que se põem na base do efeito estufa, seja por garantir a manutenção do estado atual do ciclo das águas) e de fornecimento de germoplasmas que venham a permitir manipulações genéticas e farmacológicas economicamente bem sucedidas nos complexos agro-industriais, químicos e farmacêuticos: quanto porque o uso que dele vem se fazendo organiza-se por racionalidades que, transformando-o, contribuiriam a um só tempo para tornar mais aguda a crise em nível global e para a redução das possibilidades futuras do uso da biodiversidade.

Ganha destaque, assim, a Amazônia, tanto como “fato natural”, quanto como fato “histórico-social”. Na primeira condição, vista como natureza originária, é compreendida como uma positividade absoluta para o desenvolvimento humano, da qual já se saberia o que interessa: que presta e provavelmente prestará mais ainda serviços inestimáveis, alguns deles privatizáveis. Contudo, na segunda condição, como realidade histórica e social, a região é observada quase que unicamente como uma negação ao que representaria como natureza para si. E sobre os processos que a conformam como natureza socialmente construída saber-se-ia, também, aquilo que interessa: eles transformam e, desse modo, degradam a floresta tropical, eliminando ipso facto as possibilidades pressupostas de prestar serviços vitais à humanidade.

Com tal perspectiva a nova consciência ecológica tem aportado a Região privilegiando o preservacionismo e, por isso, valorizando os grupos sociais que “por índole” reproduzem-se tendo por suposto a manutenção da natureza originária. Os índios e os seringueiros (e outros camponeses que praticam o extrativismo de coleta) tornam-se os aliados “naturais” das ações políticas pela mesma ótica – na verdade uma construção ideológica – que condena os demais agentes, grupos e classes sociais. É notável, entre estes últimos, a inclusão dos camponeses agrícolas, os quais, quando não são crassamente equiparados aos fazendeiros e grandes empresas

latifundiárias presentes na Região, são vistos, no melhor dos casos, com desconfiança, como uma “perigosa classe”.

Esse movimento de idéias produz uma ecologização conservadora da questão agrária na Amazônia: uma confluência do novo ecologismo (com matizes europeus e americanos) com velhas formas de pensar o agrário no Brasil dominadas por um economicismo forte que une economistas neoclássicos a economistas com tradição marxista enfatizando tendências que apontariam para a insustentabilidade econômica das formas camponesas de produção frente à superioridade presumida das empresas capitalistas. Reduzem-se, nesse contexto, as possibilidades de desenvolvimento agrícola àquelas já indicadas pelo projeto autoritário de modernização da agricultura conduzido pela ditadura militar, ainda hoje vigente, o qual funda-se na viabilização econômica da grande propriedade latifundiária, na formação do trabalho volante e na homogeneidade biológica associada aos padrões tecnológicos mecânico-químicos inerentes à industrialização da agricultura nos países do norte.

Estigmatiza-se como depredadores os camponeses que, assim, são condenados como incapazes para a mudança tecnológica, como fracos na concorrência, como inviáveis na globalização. Não obstante basearem-se predominantemente em pré-noções, tais hipóteses substanciam uma convergência de forças cuja resultante principal é o fortalecimento de relações profundamente conservadoras da nossa sociedade. E, desse modo, podem estar contribuindo para o bloqueio de possibilidades reais de um desenvolvimento econômico e social mais eficiente, justo e equânime, em que o uso agrícola sustentável dos recursos da natureza regional possa constituir um dos seus fundamentos.

É objetivo deste livro interperlar tais posições no estudo da formação agropecuária da Região, com destaque para a sua mais complexa configuração, a do Estado do Pará: ao ecologismo pretende-se demonstrar a complexificação, a do Estado do Pará: ao ecologismo pretende-se demonstrar a complexidade da realidade agrária – seus fundamentos históricos e sociais – sobre a qual pretende interferir; nessa tarefa, explicitar-se-á como as reduções economicistas, por sua vez, dificultam a apreensão dessa complexidade, simplificando perigosamente os argumentos e métodos da intervenção política.

Para tanto, o estudo apresenta uma visão ao mesmo tempo histórica e analítica da dinâmica agrária regional, em que as mais importantes matrizes teóricas que têm orientado a discussão agrária brasileira são avaliadas no trato da questão amazônica e no confronto sistemático com diversas leituras empíricas dessa realidade.

As três primeiras partes demarcam a formação das principais formas de produção agropecuária em período que se estende até o final dos anos oitenta. Na parte I, a grande empresa capitalista é tratada em dois momentos: o representado pelo empreendimento da Ford no Tapajós, entre os anos vinte e quarenta – primeiro grande empreendimento agrícola capitalista na Região -, e o conduzido pela SUDAM com a política dos incentivos fiscais iniciada em meados dos anos sessenta. Na parte II, se discute a fase recente da formação do campesinato com ênfase nas dinâmicas de fronteira, dialogando com as grandes matrizes do pensamento

social brasileiro sobre a própria evolução da fronteira amazônica. Na parte III, se procede a uma incursão na dinâmica agrícola dos anos oitenta por metodologias que objetivam tanto a integração em nível macro das diversas estruturas que conformam os sistemas agrários, quanto a compreensão das relações existentes entre esse nível e as dinâmicas microestruturais.

Na parte IV, se verificam os liames que articulam esses movimentos com as expressões organizativas da sociedade civil e as políticas manejadas pelas diversas instâncias do Estado.

A parte V apresenta a configuração do agrário do Estado do Pará nos anos noventa e as mudanças econômicas e institucionais ocorridas na década. A parte VI faz, à guisa de conclusão, um balanço atual da formação agropecuária paraense, apresentando um quadro prospectivo das possibilidades de um desenvolvimento sustentável por ser economicamente eficiente, socialmente equânime e ecologicamente prudente.



SUMÁRIO

PRÓLOGO	29
----------------------	-----------

PARTE I

A GRANDE EMPRESARIEDADE AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA	33
---------------------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 1: Uma referência modelar: a experiência Ford no Tapajós</i>	<i>38</i>
--------------------------------------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 2: A política dos incentivos fiscais e as grandes empresas agropecuárias na “fronteira” amazônica:</i>	<i>50</i>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 3: Considerações finais</i>	<i>75</i>
-----------------------------------------------	-----------

PARTE II

CAMPESINATO E FRONTEIRA: PERCEPÇÕES E REALIDADE NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS OITENTA	79
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 1: Economia e intervenção</i>	<i>81</i>
-------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 2: Pensamento crítico e presença camponesa na fronteira</i>	<i>83</i>
-------------------------------------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 3: Uma problematização empírica da presença camponesa na fronteira amazônica</i>	<i>92</i>
----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

<i>Capítulo 4: Uma proposição teórica para a investigação da economia camponesa na Amazônia</i>	<i>104</i>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

PARTE III
DINÂMICA AGRÍCOLA DOS ANOS OITENTA..... 123

<i>Capítulo 1: A agricultura brasileira</i>	<i>125</i>
<i>Capítulo 2: Estruturas fundamentais do agrário na Amazônia</i>	<i>127</i>
<i>Capítulo 3: Tendências da produção rural na região norte.....</i>	<i>134</i>
<i>Capítulo 4: Os fundamentos econômicos das tendências gerais: uma verificação para o Estado do Pará</i>	<i>140</i>
<i>Capítulo 5: Dinâmicas diferenciadas de mudança entre camponeses: os casos de Capitão Poço e Irituia.....</i>	<i>153</i>

PARTE IV
TRÊS DÉCADAS DE DINÂMICA AGRÁRIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARÁ..... 175

<i>Capítulo 1: A dinâmica de privatização das terras do estado e os movimentos das diferentes estruturas e atores.....</i>	<i>179</i>
<i>Capítulo 2: A presença camponesa e a preponderância do grande latifúndio empresarial no projeto da ditadura para a Amazônia.....</i>	<i>182</i>
<i>Capítulo 3: As crises e reconfigurações dos anos oitenta.....</i>	<i>187</i>
<i>Capítulo 4: Ciência e Tecnologia agropecuária na Amazônia</i>	<i>195</i>

PARTE V	
O AGRÁRIO NO PARÁ NOS ANOS NOVENTA.....	215
<i>Capítulo 1: A formação agrária como economia.....</i>	<i>217</i>
<i>Capítulo 2: Um novo momento das políticas públicas: impactos e efeitos do fundo constitucional do Norte</i>	<i>233</i>
PARTE VI	
POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA AVALIAÇÃO PROSPECTIVA.....	243
<i>Capítulo 1: As concepções de desenvolvimento, seus agentes e formas de produção</i>	<i>246</i>
<i>Capítulo 2: Meios e métodos utilizados para produzir o estado adequado às ações desenvolvimentistas</i>	<i>251</i>
<i>Capítulo 3: Os resultados e sua correspondência com a concepção de eficiência que produziu a intervenção</i>	<i>257</i>
<i>Capítulo 4: Considerações finais</i>	<i>269</i>
BIBLIOGRAFIA.....	275
ANEXO.....	291



PARTE I

A GRANDE EMPRESAS AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA

A GRANDE EMPRESA AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA

Para o leitor, habituado a ter a propriedade latifundiária e as grandes empresas agropecuárias nela assentadas como traço da realidade agrária brasileira, a saliência do grande empreendimento rural e capitalista na formação agropecuária da Amazônia poderá parecer óbvia: tratar-se-ia de uma projeção na região de relações dominantes no país. Parte da literatura acadêmica tem corroborado essa experiência (Silva, 1981a e 1981b; Ianni, 1977). Mas não é assim. Houve dinâmicas históricas, próprias nos seus fundamentos e resultados, que ensejavam essa presença. Entender tais processos é o nosso objetivo. O que faremos a seguir é, pois, 1) analisar o desenvolvimento de empreendimentos capitalistas em um contexto histórico e espacial dado, numa *formação econômico-social* constituída pelas relações internas e externas do desenvolvimento econômico, social e político brasileiro, onde se inclui, como fato singular adicional, a Amazônia, e 2) privilegiar, no desenvolvimento acima referido, os momentos das relações do geral com este específico dado – do Brasil considerado como um todo com a *singularidade* amazônica – em que a grande empresa agropecuária adquiriu relevo e teve papel estruturante.

A *singularidade* amazônica a que me refiro é *natural*, na medida em que deriva de ecossistema único no planeta, onde os processos reprodutivos dos ciclos vitais da natureza supõem condições não familiares às estruturas produtivas do capitalismo enquanto sistema, seja no seu hemisfério de origem, seja nas áreas por ele colonizadas ao sul do equador. Daí resultam problemas que, no essencial, não são, hoje, distintos daqueles enfrentados pelos portugueses quando aqui aportaram no início do séc. XVII com intenção de plantar cana-de-açúcar, reeditando o sistema de *plantation* que haviam fundado com sucesso no nordeste do Brasil.

A Amazônia é também *singular* enquanto espaço *sócioeconômico* com características de “fronteira”, onde os trabalhadores diretos podem ter acesso aos recursos da natureza, seja pela abundância relativa de terras, seja pela impossibilidade técnica ou política de estabelecimento do monopólio da propriedade do solo por uma classe social específica, seja por uma conformação do Estado que o impede de garantir tal monopólio ou, ainda, pela combinação variada de parte ou de todos esses elementos¹. Tais características, bloqueando a formação de um mercado de trabalho, trazem complicações que requerem (e no geral produzem) soluções emergenciais para o empreendimento capitalista, mercantil ou produtivo. Na Amazônia, até os anos 20 do século XX, quando se tem a primeira grande experiência capitalista, digamos pura, na esfera da produção², o caráter de fronteira

1 Tal caracterização apóia-se no clássico Marx, K. Teoria Moderna da Colonização. In: *O Capital*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978: p.883 e ss., por seu turno informado pela obra Wakefield, E. G. *England & America: A comparison of the social and political state of both nations*. In: Reprints of Economic Classics. New York, Augustus M. Kelley Publishers, 1967. Para uma excelente releitura de Marx para a compreensão da “fronteira amazônica” no século XIX, ver Oliveira Filho, J. P. de *O Caboclo e o Brabo*. In: Silveira, E. *Encontros com a Civilização Brasileira*, pp. 101-140. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1979. Ver também Martins (1975), Velho (1972 e 1976) e Smith (1990).

2 Não se está esquecendo aqui a agricultura com base no assalariamento desenvolvida no Baixo Tocantins no final do século XIX e início do século XX, aventada por Santos (1980). Considera-se, entretanto, aquela estrutura eventual e secundária, estreitamente associada às características de mercado da Belém num período conhecido como do “boom da borracha”, desvanecendo com ele.

tem levado a estruturas produtivas que se fazem alternadamente com base ou no trabalho compulsório ou num campesinato relativamente autônomo, surgido, entretanto, no interior, e como parte de processos de acumulação mercantil: do sistema de aldeamentos emerge, a partir da metade do séc. XVIII, um campesinato caboclo, que se torna a base produtiva fundamental da colônia, só se tornando parcialmente disfuncional à acumulação capitalista na segunda metade do século seguinte. A partir daí, monta-se a estrutura dos seringais, uma estrutura organizada pelo capital mercantil, com base em coerção estrita da força de trabalho. Ao desmoronar, os seringais fornecem os elementos para um vertiginoso crescimento do campesinato extrativista no Acre e no sudeste do Pará e para a formação de fortes estruturas camponesas agrícolas na região Bragantina e no Médio Amazonas, ambas no Estado do Pará. Mais recentemente, a tendência de formação de um campesinato de grandes proporções viria a se robustecer nos anos 50 do século XX, com a definitiva transformação da região, com a abertura da Belém-Brasília, em espaço de “fronteira” para o todo país, que não apenas o nordeste (Costa, 1989). Configurava-se, pois, uma tendência de desenvolvimento da Região pelo aprofundamento da sua inserção no processo de acumulação capitalista a partir da forma camponesa de produzir, o que poderia ter repetido aqui, nas últimas décadas, os processos verificados no Paraná, até os anos 60, e em boa parte do Centro-Oeste, até os anos 70.

O traço da realidade atual que pretendemos analisar – a presença da grande empresa capitalista na “fronteira agrícola” amazônica – contraria, pois, tendências que historicamente vinham se mostrando dominantes. Perguntamos, pois: a grande empresa impôs-se economicamente como alternativa mais eficiente de desenvolvimento, ocupando, assim, o espaço físico da região porque vencedora no embate travado no plano do mercado em detrimento de outras estruturas produtivas concorrentes? Ou sua presença só se explica a partir de condições políticas, portanto, por interferências extraeconômicas? Essa segunda possibilidade implica uma questão adicional: se a instância política é responsável pela criação das grandes empresas capitalistas na fronteira amazônica, como se dá a reprodução desses empreendimentos?

Não há intervenção política, contrariando tendências estruturalmente estabelecidas, sem um forte discurso legitimador. Neste, os preconceitos mesclam-se aos mitos e a verdades parciais no estabelecimento da verdade do poder que conforma, pela ação política, um projeto ideal (no caso que nos ocupa) de valorização de capital e estruturação social. Na primeira condição, pode se afirmar um tal projeto como resultado da disposição unilateral dos seus agentes – privados ou institucionais. Na última condição, contudo, terá que se reproduzir, reafirmando continuamente sua superioridade enquanto alternativa histórica.

Um dos mitos mais caros às elites do sistema social fundado no capitalismo é o da sua onipotência quanto ao domínio da natureza. A ideologização da capacidade de geração de novos métodos, nesse processo, atribuída ao inventor, e a rapidez em transformar tais métodos em força produtiva social, atribuída ao “empresário inovador”, fonte das revoluções e energias que confeririam uma condição modernizadora endógena ao capitalismo, teve exarcebação maior na obra de Schumpeter

(1988). As determinações sistêmicas e históricas dessas inovações³, já demonstradas classicamente na obra de Marx, em particular em *O Capital* (Marx, 1978: pp.331-530) e convalidadas para processos históricos específicos e particularmente dinâmicos e “criativos”, como o da revolução industrial, por historiadores como Dobb (1988), são, nessa perspectiva, subestimadas em favor da motivação e vontade individuais e da descoberta aleatória e casual. Decorre daí a perspectiva de que a) basta a motivação ao capital privado e ter-se-á a técnica que se precisa e b) esse processo será tanto mais inexorável, quanto maiores as parcelas de capital nele envolvidas.

Essa noção tem sido elemento legitimador de ações políticas que têm feito a história da incorporação recente da região amazônica ao processo geral de acumulação capitalista, notadamente daquelas que privilegiam a grande empresa capitalista – nosso objeto, nesse estudo. Impõe-se, portanto, um quesito complementar aos já formulados: tem correspondido a grande empresa aos pressupostos de eficiência que a tornaram unidade estrutural preferencial por várias décadas nas políticas de desenvolvimento agrário regional?

Este capítulo encaminhará as questões levantadas a partir da análise de duas experiências fundamentais de estruturação da grande empresa na história contemporânea da Amazônia: uma ocorrida entre os anos 20 e 40 do século XX, envolvendo a maior empresa capitalista do mundo à época, a Ford Motor Co., e outra mais recente – a política dos incentivos fiscais para a agropecuária na Amazônia, em desenvolvimento desde meados dos anos sessenta. O projeto da Ford inicia-se de fato em 1927. Suas motivações, contudo, remontam ao início da década, marco inicial de nossas pesquisas. Os incentivos para a agropecuária caracterizam, ao lado da política de terras do período, a base por excelência de atuação dos governos militares na formação do agrário regional. Delimita-se, assim, com o final da ditadura, o período sob investigação, dado que a partir daí ocorrem redefinições importantes cuja elucidação requer pesquisa própria. Mais precisamente, trabalhamos com o ano de 1985 também com o intuito de confrontar os resultados aqui obtidos com os dados do Censo Agropecuário realizado naquele ano.

A análise da primeira experiência apoiou-se em estudo mais amplo já anteriormente apresentado (Costa, 1993a). O estudo da segunda experiência requereu laboriosa pesquisa primária nos balanços das empresas incentivadas, relativos ao exercício de 1985, publicados no *Diário Oficial do Estado do Pará* entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1986. Dos balanços patrimoniais, das respectivas contas de resultado e dos relatórios anexos, retiramos as variáveis sobre a situação financeira, administrativa e acionária. A essas, juntamos as informações fundiárias para os projetos agropecuários incentivados publicadas pelo INCRA até 1982 e as informações constantes da Lista dos Projetos Aprovados, permanentemente atualizada pela SUDAM. Ao todo, foram pesquisadas 51 variáveis de uma amostra de 238 projetos.

3 Ponto de partida de toda a atual discussão ecológica europeia. A questão é que a necessidade contínua de inovação no capitalismo é gerada pelo caráter inexorável da lei que faz com que cada mercadoria tenha seu valor de mercado continuamente decrescente, produzindo os parâmetros sob os quais realizam-se as parcelas individuais de capital. O resultado final é que sempre se terá, nesse sistema, de aprofundar e ampliar o domínio sobre elementos da natureza – o que se faz, de um lado, destruindo os mananciais de recursos necessários à vida; de outro, manejando partes de natureza cada vez mais complexas e, assim, lançando mão de práticas tecnológicas cada vez mais perigosas. Ver, a respeito, Immler (1985) e Schmied-Kowarzik (1984).

CAPÍTULO 1

UMA REFERÊNCIA MODELAR: A EXPERIÊNCIA FORD NO TAPAJÓS

Na primeira metade dos anos vinte do século XX, a Amazônia vivia uma profunda crise e, dela decorrente, um forte processo de reorientação de sua economia e sociedade. De um lado, grassavam regionalmente os efeitos dos movimentos de redefinição, no mercado mundial, das novas bases da economia da borracha natural colocadas pelos plantios orientais; de outro, efetivavam-se dinâmicas ordenadoras de novas estruturas que se nutriam dos elementos restantes de trabalho e capital não mais passíveis de alocação nos agonizantes seringais.

Os números disponíveis relativos aos itens globais da economia e demografia regionais informam quanto à profundidade da crise que se estabeleceu entre os anos de 1910 e 1920. A população decresceu, no período, a uma taxa média anual de 1,09%. Por outra parte, estimativas indicam que, em 1920, a renda interna líquida estaria situada em torno de 1/5 da de 1910 e, ainda, que o valor da produção total de mercadorias de origem vegetal e animal teria caído, nesse intervalo, em termos reais, em 84% (Santos, 1980: pp.332-338). Por seu turno, as exportações totais despencaram de 355.028 contos, em 1910, para 142.541 contos em 1919, e as importações reduziram-se no mesmo período em 57,8% (Le Cointe, 1922: pp.402-404).

Na base da crise, encontrava-se a violenta retração no valor das exportações de borracha. Em 1921, a quantidade de borracha exportada pela Amazônia representava 45% da quantidade vendida ao exterior em 1910. O preço médio da libra/t situou-se, naquele ano de 1921, em torno de 11% do que fora em 1910. Os decréscimos da quantidade exportada e do preço no mercado mundial levaram, conjuntamente, a que as receitas de exportação da borracha amazônica passassem a representar, em 1921, apenas 5% do montante de 1910 (ver dados em Benchimol, 1977: p.252).

Tabela I-1 – Composição da Renda Interna nos setores de produção animal e vegetal na Amazônia, 1910 e 1920.

	Estimativa da Renda Interna (em mil-réis)		Composição Relativa %				Fator de incremento da renda (Renda Interna de 1920 dividido por Renda Interna de 1910)	
	1910	1920					A preços correntes	Deflacionada
Produção vegetal e animal	218.286:714	123.504:978	100,00	100,00			0,57	0,16
Produção agrícola	9.593:097	31.249:004	4,39	25,30	100,00	100,00	3,26	0,93
Arroz		5.271:324		4,27		16,87		
Cacau	32:600	3.399:668		2,75	0,34	10,88	161,70	46,36
Feijão	1.594:165	273:455	0,01	0,22	16,62	0,88	2,13	0,61
Fumo	3:538	2.344:946	0,73	1,90	0,04	7,50	77,29	22,16
Mandioca	4.286:795	9.568:964	0,00	1,75	44,69	30,62	0,55	0,16
Milho	3.348:548	2.227:175	1,96	1,80	34,91	7,13	2,86	0,82
Tapioca	310:174	34:404	1,53	0,03	3,23	0,11	7,18	2,06
Algodão	17:277	564:761	0,14	0,46	0,18	1,81	1,99	0,57
Gergelim		4:593	0,01	0,00		0,01		
Outros		7.559:714		6,12		24,19		
Extração vegetal	197.810:896	57.181:888	90,62	46,30	100,00	100,00	0,29	0,08
Azeite e óleo		885:451		0,72		1,55		
Borracha		33.691:358		27,28		58,92		
Castanha	161:169	16.117:750		13,05	0,08	28,19	5,49	1,58
Cumaru	194.455:334	288:533	0,07	0,23	98,30	0,50	0,17	0,05
Guaraná	3.003:439	434:468	89,08	0,35	1,52	0,76	5,37	1,54
Madeira em bruto	1:047	2.383:125	1,38	1,93	0,00	4,17	275,58	79,01
Piassava	166:520	175:381	0,00	0,14	0,08	0,31	2,61	0,75
Puxuri	11:556		0,08		0,01		206,22	59,12
Salsaparrilha	11:645		0,01		0,01		15,06	4,32
Dormentes	0:031	21:514	0,01	0,02	0,00	0,04	0,00	0,00
Patauá	0:155	38:093	0,00	0,03	0,00	0,07	0,00	0,00
Sebo vegetal		43:137	0,00	0,03		0,08		
Sementes diversas		380:131		0,31		0,66		
Outros		2.722:947		2,20		4,76		
Produção animal e derivados	10.882:721	35.074:086	4,99	28,40	100,00	100,00	3,22	0,92
Abate de animais		17.857:062		14,46		50,91		0,65
Couros e peles			3,62	0,47	72,68	1,67	2,26	4,09
Pescado	7.909:893	585:812	0,02	7,80	0,38	27,47	14,26	4,23
Grude de peixe	41:067	9.635:622	0,30	0,28	6,00	1,00	14,76	1,77
Plumas e penas de aves	652:998	349:838	0,03	0,14	0,52	0,49	6,16	2,16
Variação de rebanho	56:785	170:228	0,01	3,75	0,21	13,19	7,55	0,60
Banha e carne	22:557	4.626:798	1,01	0,14	20,21	0,51	2,10	0,00
salgada	2.199:421	178:531		1,35		4,76		0,00
Outros		1.670:195						

Fonte: Dados básicos de Santos, 1980: pp.334-335.

Todavia, a evolução da economia regional não se fez somente a partir dos números drasticamente declinantes da economia da borracha. Produtos houve que expandiram suas produções e, assim, cresceram absoluta e relativamente no contexto da economia amazônica do limiar dos anos vinte. A Tabela I-1 permite uma visão mais detalhada dos movimentos compensatórios entre os ramos da produção e, dentro destes, entre os diversos produtos. A observar, seriam as seguintes tendências:

1. Enquanto se verificava uma profunda redução absoluta do extrativismo, uma vez que a renda das atividades extrativas em 1920 representava 8% do que fora em 1910, conforme o se deduz do fator apresentado na última coluna da Tabela I-1, a agricultura e a produção animal apresentavam apenas uma ligeira redução no ano de 1920 em comparação a 1910 (os fatores de incremento de renda foram, respectivamente, 0,92 e 0,93). A composição relativa da produção no setor alterou-se, assim, significativamente: a agricultura e a produção animal, que representavam, respectivamente, 4,4% e 5% do total da produção vegetal e animal em 1910, passam a participar, em 1920, com 25,3% e 28,4% do setor.
2. No ramo do extrativismo, observa-se forte crescimento, no período em questão, dos valores reais da produção da castanha-do-pará (fator 1,54), do cumaru, dos azeites e óleos, do guaraná e das madeiras em tora.
3. Todavia, a borracha seguiu sendo, em 1920, o principal produto, não só no ramo extrativo em particular, como, também, de todo o setor de produção vegetal e animal.

No ramo agrícola de produção, expandiram-se vigorosamente o arroz, o feijão, o milho e o cacau; retraiu-se, por seu turno, o fumo, cultura cultivada em moldes capitalistas no baixo Tocantins, com sua economicidade certamente associada às condições de desenvolvimento do mercado de Belém ao longo do último quartel do século passado e da primeira década do atual – ao longo, pois, do chamado período áureo da borracha.

A nova composição da produção social em 1920 é já expressão de dinâmicas estruturais postas em andamento a partir da grande *débâcle* de 1912/14. O processo geral expressa-se a partir de duas tendências associadas: 1) de uma ampla campesinização dos trabalhadores diretos dos seringais, isto é, da transformação de seringueiros em camponeses e 2) da reorientação do sistema de aviação para outros produtos que não a borracha (Costa, 1989: p.68).

A formação de estruturas camponesas se dá por três movimentos:

1. os trabalhadores outrora atrelados aos seringais, empresas ora falidas, ou se transformam em camponeses agrícolas autônomos que se assentam nas proximidades das grandes cidades da região (em particular de Belém e Santarém), passando a produzir arroz, farinha de mandioca, milho e feijão para o abastecimento desses mercados, agora extremamente limitados em sua capacidade de importar, ou
2. permanecem nas áreas dos seringais, organizados, entretanto, como pequena produção familiar, como camponeses-caboclos ou extrativos, cuja peculiaridade consiste em ter a natureza originária como seu principal objeto de trabalho na obtenção de produtos para mercado – tendo, todavia, uma agricultura predominantemente para autoconsumo como elemento essencial de sua reprodução (é o que acontece principalmente no Acre, mas também nos altos rios Negro e Purus);

3. igualmente como camponeses-caboclos, cujas relações com o mercado fazem-se basicamente em torno de produtos extrativos, organizam-se os que se alocam como trabalhadores diretos dos castanhais em expansão⁴.

O primeiro desses movimentos de campesinização explica o forte crescimento e a significativa presença dos bens agrícolas, acima citados, no total da produção animal e vegetal; o segundo e o terceiro movimentos no processo de transformação dos seringueiros em camponeses explicam a continuidade do extrativismo como principal ramo do setor e, no interior deste, da borracha como seu principal produto em um período em que os seringais, tal como se estruturaram na segunda metade do séc. XIX e início do XX, não mais existiam.

Por outro lado, as estruturas mercantis herdadas do período áureo da borracha passaram a atuar também junto à produção agrícola camponesa e a mercantilizar, além da borracha produzida sob as novas condições, diferentes produtos extrativos (notado por Dias, 1969: p.16), entre os quais o de maior sucesso foi comprovadamente a castanha-do-pará. As novas estruturas camponesas, fossem elas agrícolas ou extrativas, desenvolveram-se, pois, na Amazônia dos anos 20, no interior do sistema de aviação – não como sua negação. O capital mercantil reafirma-se, aí, como a forma dominante de capital no contexto agroextrativo da região.

A primeira sistematização de uma política estatal para a grande empresa agropecuária capitalista na Amazônia: determinações internas e externas

No início da década de vinte, as tendências que se manifestavam, na Amazônia, como resultado dos processos desencadeados pela quebra da economia dos seringais de 1912/14, eram, assim, de um lado, a expansão do campesinato e sua afirmação como base produtiva regional, seja na agricultura, seja no extrativismo – movimento que se fez acompanhado por correspondente reorientação do capital mercantil; de outro, o redimensionamento das grandezas macroeconômicas regionais – o seu deslocamento para patamares bem modestos se comparados com os do período de *boom* da borracha silvestre.

Essa última propensão determinava a profundidade da crise correlata das finanças públicas dos Estados amazônicos, obrigados, agora que raquíticos, a saldar compromissos feitos a partir da voracidade dos dias de gigante. Estreitamente ligadas à exportação – no Pará, por exemplo, em 1913 as receitas do governo estadual provinham em 61% do imposto de exportação⁵ –, as receitas somadas dos governos estaduais da região caem para 27 em 1915 e 11 em 1920, considerando um índice de 100 para 1910. As despesas não se reduzem na mesma proporção, fazendo crescer, assim, os *deficit* – a preços correntes, foram de 1.869 em 1910 e de 6.448 contos

4 No início dos anos vinte, ainda não estão estabelecidas as condições de controle dos castanhais que vão caracterizar, nas seis décadas seguintes, a economia da castanha-do-pará. Como lembra Velho (1972: p.58), “...de 1920 a 1925 dominou na região de Marabá de modo praticamente absoluto o sistema dos castanhais livres”. Ver, também, sobre isso, Emmi (1988).

5 Essas e a informações que seguem relativas às dívidas interna e externa dos governos regionais constam de Santos (1980, páginas 190-199, 241-242 e 277). Um resumo dessa problemática também foi apresentado em Costa, 1993a.

de réis no ano de 1920. Tal desequilíbrio faz crescer a dívida interna, a qual já nos idos (e ainda não tão maus tempos) de 1912 era, no Amazonas, de Rs. 18.072:857\$000 e, em 1915, no Pará, de Rs. 28.159:776\$000.

A dívida externa, por sua vez, torna-se um fardo intransportável. Até 1912, o total tomado de empréstimo no exterior somava 8,21 milhões de libras esterlinas para toda a Amazônia. No pagamento dos juros de sua parcela (2,3 milhões de libras), o Pará obrigou-se a disponibilizar 25%, aproximadamente, do total de sua receita e, depois de um grande esforço – que incluía remessas anuais nunca menores que 35 ou 36 mil libras –, a dívida externa cai, apenas, para £2.040.216. Obrigado a um *funding loan*, nesse mesmo ano de 1915, o Estado do Pará elevou sua dívida externa para £3.039.300 e comprometeu-se a pagamentos semanais de 800 libras ao longo de 1916, de 900 em 1917 e de 1.000 no ano seguinte. Entre 1919 e 1925, deveria pagar 1.100 libras semanais; ao longo dos trinta e um anos seguintes, de 1925 a 1956, as remessas deveriam ser de 1.350 libras a cada semana. Em 1920, apenas o último compromisso significava 16% do total arrecadado pelo governo estadual.

Atrasos de anos no pagamento do funcionalismo, a desmoralização dos títulos públicos, o não cumprimento dos compromissos com fornecedores: essa foi a tônica das gestões estaduais na Amazônia depois de 1913, notadamente às proximidades dos anos vinte e no início daquela década.

Reiterados pedidos de ajuda foram feitos ao governo federal que, insensível, por encontrar-se às voltas com os problemas relativos ao financiamento da política de valorização do café, concede, até 1920, insuficientes 15.000 contos.

As políticas de valorização do café acompanharam os ciclos de superprodução do produto desde o final do século XIX. Elas constituíram, em verdade, as vias pelas quais as oligarquias cafejeiras transferiram, para o conjunto da sociedade brasileira, os ônus das quedas de preço no mercado mundial, resultantes da superprodução: oscilando em ênfase entre a desvalorização cambial (a partir da expansão desproporcional da base monetária relativamente ao crescimento do produto real e da capacidade de importar) e o aumento da dívida pública externa – pelos empréstimos no estrangeiro. No primeiro período em que se manifesta inequivocamente superprodução, isto é, quando a cotação média anual da saca de 60 kg passa de 4,09 libras, em 1893, para 2,91 libras, em 1898, a cotação do mil-réis (pence/mil-réis) cai de 11 19/32 para 7 7/16 no mesmo período⁶. No período seguinte (1900-1920), a moeda encontra relativa estabilidade, pois as valorizações efetivadas nesse intervalo (a de 1906, inclusive) foram financiadas com recursos externos, fundamentalmente empréstimos.

Nos anos de 1921 a 1923, tem franco curso uma etapa de valorização do café centrada nas compras, pelo Governo Federal, com base em emissões sem lastro, dos excedentes do produto: nesse período, ou, mais precisamente, entre 1920 e 1923, os meios circulantes passam de 1,8 milhões de contos para 2,6 milhões (Fausto, 1975). A cotação do mil-réis reduz-se de 14 15/32 pence, em 1920, para 5 3/8 pence em 1923 – a menor jamais atingida desde 1889.

6 Conf. Silva, 1976: pp.62-64. Ver, também, sobre o conjunto da problemática ora tratada Cardoso de Mello, 1987: pp.123-156.

Assim se conseguem manter relativamente estáveis e elevados os preços reais do café em moeda doméstica, num momento de preços internacionais particularmente baixos e de escassez de recursos externos para empréstimos ou investimentos autônomos – fatos esses resultantes da crise mundial de 1920-1921. E, ao mesmo tempo, pelo financiamento de estoques, evitam-se pressões ainda maiores da oferta sobre o preço externo, levando, ao contrário, a que a recuperação faça-se rápida, a despeito do aumento da produção interna – em 1922, a cotação do café, em libras esterlinas, havia aumentado em torno de 20% em relação a 1921 (Silber, 1977: p.178).

Todavia, ressalte-se que essa forma de financiamento da valorização do café e da proteção dos lucros das oligarquias cafeeiras traz consequências econômicas e políticas não desprezíveis.

Primeiro, os recursos necessários ao financiamento das aquisições de excedentes e à formação de estoques de café pressionam o orçamento do governo, desequilibrando-o totalmente: entre 1919 e 1922, o *deficit* governamental mantém-se em níveis muito elevados, chegando a representar 24,6% do dispêndio global do setor público em 1923 (Silber, op. Cit.: p.182). Se isso, de um lado, representa uma flexibilidade da política fiscal no trato dos interesses dos setores hegemônicos da economia, de outro, leva a uma relativa rigidez no atendimento de outros setores da sociedade, inclusive de frações oligárquicas. É que o rígido limite inferior de gastos determinado pelas necessidades hegemônicas, por colocar-se substancialmente acima das disponibilidades reais da receita fiscal, deixa ao governo uma estreita margem de manobra entre os “gastos mínimos necessários” e a desordem interna.

Segundo, os *deficit* passam a representar pressões sobre a disponibilidade interna de produtos nacionais ou importados. Como na sua gênese não se encontram nem uma elevação na capacidade de importar, nem qualquer incremento na capacidade interna de produção de outras mercadorias que não o café, o efeito imediato sobre a taxa de câmbio não se faz esperar: a moeda interna desvaloriza-se relativamente aos meios de pagamento internacionais e, como consequência, elevam-se os preços dos importados, o que, nas condições da economia brasileira da época, equivalia a uma alta geral no custo de vida. Os aumentos no custo de vida saltam de 3% em 1921 para 10% nos dois anos seguintes e, em 1924, atingem 17% – a maior alta da década.

Por último, a desvalorização do mil-réis frente à libra tem também o efeito de proteger a produção interna de bens industriais, na medida em que funciona como uma taxa dos importados. Com efeito, associado à desvalorização cambial, verifica-se, no início dos anos vinte, um crescimento da produção industrial que alcança seu ponto mais alto no ano de 1923, tendo a partir daí, um decréscimo. Até o final da década o nível de produção industrial de 1923 não volta a ser atingido (Silber, op. Cit.: pp.180-181).

Em síntese: o Governo da União consegue, no início dos anos vinte, proteger a oligarquia cafeeira diante de uma conjuntura internacional desfavorável, tanto com relação ao mercado do café, quanto ao que se refere à dificuldade de obtenção de recursos externos, quer autônomos, quer de empréstimos. Para isso, lança mão dos *deficit* fiscais, com cobertura por emissão sem lastro. Tal medida, de um lado, torna-o rígido no atendimento de pleitos de outros setores da sociedade em geral e mesmo de setores da classe dominante (como foi o caso das elites amazônicas em crise);

de outro, desvaloriza a taxa de câmbio e empurra para o alto a inflação – fenômeno que punha em oposição às oligarquias do café classes não ligadas diretamente à agroexportação: importadores, trabalhadores na indústria e, em particular, as classes médias urbanas – estas ampliadas pelo incremento que experimenta a indústria como resultado, mesmo, da desvalorização cambial do período.

A política inflacionária de sustentação do setor cafeeiro tinha, portanto, limites estreitos, na medida em que tornava mais efetivos alguns dos elementos desestabilizadores do sistema de dominação das oligarquias agrárias em geral e da oligarquia cafeeira em particular – ou seja, na medida em que acirrava as contradições subjacentes a esse sistema. Assim, considerando que a tendência era a produção de café continuar crescendo mais do que as necessidades mundiais comportavam, como paradoxal resultado da própria política de valorização (Furtado, 1976: p.183), colocava-se como emergência, tanto a continuidade da política vigente até então – o que se efetivou daí por diante sob a designação de “valorização permanente do café” – como a obtenção dos recursos externos para isso necessários. A alternativa, que de imediato para tal se apresentava, era a dos empréstimos, agora, 1923/24, que a economia americana e mundial encontravam-se plenamente recuperadas do pós-guerra, com recursos financeiros abundantes e disponíveis – e as oligarquias cafeeiras lançaram-se a eles com desembaraço. Para elas, entretanto, uma elevação dos fluxos de capitais autônomos, na forma de investimentos estrangeiros de risco, como alternativa na canalização de recursos externos, colocava-se como possibilidade simplesmente fascinante.

* * *

Em 11 de janeiro de 1922, o preço por quilo da borracha era, em Belém, de Rs. 2\$7000. Em 20 de junho, estava reduzido a Rs. 1\$9000. Em 1º e 31 de dezembro do mesmo ano, entretanto, a cotação alcançou Rs. 3\$300 e Rs. 3\$450, respectivamente. No dia 25 de janeiro do ano seguinte, a borracha atingia uma cotação de Rs. 5\$500/kg. Essa rápida reação do preço da borracha na praça de Belém resultava do efeito conjunto da desvalorização da taxa de câmbio – a taxa média anual de câmbio sai de Rs. 33\$994 para Rs. 44\$071 no mesmo período (conf. Benchimol, op. Cit.: p.252) – e de uma real elevação na cotação internacional do produto, decorrente de medidas intervencionistas postas em prática pelo governo inglês desde novembro de 1922, sob a designação de Plano Stevenson, ou seja, era a forma como se manifestavam em Belém coisas aparentemente tão distantes como a política brasileira de valorização do café e a política inglesa de valorização da borracha.

O ano de 1923 prenunciava-se, pois, como um ano particular para a economia da borracha – um ano em que, no nível da produção e do consumo mundiais, acirraram-se certas tendências postas em andamento já desde a implantação dos plantios orientais.

O desenvolvimento das técnicas de domesticação da *hevea brasiliensis*, iniciado no último quartel do século passado e consolidado na primeira década do corrente, permitindo o plantio sistemático da seringueira, liberou a expansão de ramos industriais que tinham a borracha

como matéria-prima imprescindível. Destes, o que evoluiu de forma mais notável foi a indústria automobilística (Baran, Sweezy, 1974). Apesar de crescer em vários países, foi nos Estados Unidos que, nos anos dez, notadamente a partir da segunda metade da década, e ao longo dos anos vinte, a produção de automóveis assumiu uma impressionante dinâmica, colocando-se, pelos efeitos diretos e indiretos que exerceu sobre múltiplos setores, entre as principais responsáveis pela sustentação do ritmo de crescimento que a economia americana experimenta nesse período. Em decorrência, incrementou-se substancialmente ali o consumo da borracha, fortalecendo continuamente a posição de maior absorvedouro da borracha natural produzida no mundo – posição expressa por percentuais de participação crescentes nas importações totais e, desde 1914, superiores à metade do consumo mundial (Sudhevea, 1978). Por seu turno, a produção de borracha provinda dos plantios orientais cresceu mais rapidamente que as necessidades do mercado mundial, acumulando estoques, fazendo cair a cotação do produto para níveis jamais atingidos e comprometendo a lucratividade dos capitais aplicados nos seringais de plantio (Figart, 1925). Dominando o fundamental das fontes de produção, a Inglaterra intervém no mercado com uma política de valorização, impondo novos e mais elevados preços (Soares, 1927).

Governo e empresas americanas reagem e, em Belém do Pará, pelo serviço telegráfico do jornal *Folha do Norte*, entre fins de fevereiro e meados de março de 1923⁷, as seguintes notícias dão conta de sua movimentação.

“Washington, 25 - O gabinete reuniu-se ontem à noite em sessão regular a fim de discutir a séria situação em que se encontram os manufatureiros norte-americanos de borracha, devido às restrições impostas à exportação pelos produtores ingleses. O ministro da agricultura, Sr. Wallace, recomendou que estudasse meios de introduzir o cultivo da borracha nos Estados Unidos e em suas possessões (...)”.

“Washington, 28 - Os manufatureiros norte-americanos de artefatos de borracha iniciaram uma conferência que durará dois dias, a fim de serem discutidos os processos que devem ser adotados para combater o monopólio britânico de fornecimento mundial de goma elástica”.

“Washington, 01 - Por ocasião, ontem, da reunião realizada pela conferência incumbida de estudar os problemas relacionados com os fornecimentos da borracha, o conselheiro da União Pan-Americana, Franklin Adams pronunciou um longo discurso apontando a *possibilidade de desenvolvimento e cultura desse produto no Brasil*, Peru e outros países da América do Sul”.

7 As edições são, respectivamente, de 27/02, 01, 02 e 13/05. Os grifos nas citações que seguem são nossas.

“Washington, 10 - Os fabricantes das indústrias de borracha norte-americanas já deram os passos preliminares para a *constituição de uma empresa com o capital mínimo de cinqüenta milhões de dólares, possivelmente cem milhões, destinada a promover o desenvolvimento da produção mundial de borracha* (...). [os interessados] estão recebendo informações relativas às condições atinentes ao desenvolvimento da cultura no Brasil, Colômbia e outros países. [Porém], antes de decidirem sobre a orientação definitiva de sua ação, os industriais da borracha aguardarão a palavra oficial do Ministério do comércio sobre as investigações desse departamento relativamente às condições da produção da borracha”.

Esse conjunto de informações provocou uma intensa movimentação dos governos locais, endividados e em bancarota, do governo central, sequioso por divisas, e das elites mercantis amazônicas, dispostas a vender a alma para soerguer as praças de Belém e Manaus.

O governador do Amazonas, seguindo o que insinuava a notícia de 1º de março, telegrafa, impaciente, já no dia 7, à União Pan-Americana, oferecendo garantias e facilidades às empresas que desejassem explorar a indústria da borracha e outros recursos no Amazonas. Seu colega do Pará manifesta-se somente no dia 13, após ter tomado ciência, pela notícia do dia 10, de que as negociações passariam pelos governos centrais. Dirige-se, assim, ao governo federal, apresentando um programa “(...) para atrair para o imenso vale amazônico os grandes capitais que ali são tão necessários (...)” (Valle, 1923: p.1).

Resumidamente, compunha-se dos seguintes pontos o programa de atração do Governo Sousa Castro, do Estado do Pará, para os capitais americanos:

1. O governo estadual permitiria o uso, através de arrendamentos de longo prazo, das terras de seringais existentes ou a plantar, situadas em terras devolutas do Estado (as terras enquadradas nessa categoria compreendiam 5/8 da superfície do Estado).
2. O Estado estaria disposto a promover “convênios” para a exploração florestal, explorações minerais e produção de energia hidrelétrica.
3. O Estado teria particular interesse na instalação de manufaturas de artefatos de borracha, sob cláusula a ser ajustada com os capitalistas americanos.
4. O Estado promoveria a supressão ou modificação das taxas estaduais de imposto sobre exportação em “benefício dos serviços que os americanos estabeleceram ficando, naturalmente, todas as terras beneficiadas pelo trabalho dos americanos sujeitas a razoável imposto territorial cuja tabela ficará acertada oportunamente” (Valle, 1923: p.11).

Esse programa foi, em abril de 1923, amplamente divulgado nos Estados Unidos. Responsável por isso foi a Embaixada do Brasil, que atendia instruções, através do Itamaraty, do Governo da República do Brasil, a quem o governador do Estado do Pará solicitara empenho no sentido de atrair para a Amazônia a atenção da indústria automobilística e dos setores de industrialização da borracha naquele país.

Como resultado imediato desses esforços, fez-se a confirmação da vinda de uma missão técnica americana, que de fato chegou a Belém no início do mês de agosto daquele ano, iniciando, então, uma viagem pela Amazônia que só terminaria em maio do ano seguinte⁸.

Por ocasião da festejadíssima chegada da referida missão, o representante oficial do Governo Federal, o Dr. Hannibal Porto, leu, na Associação Comercial do Pará, um discurso (ao final entusiasticamente aplaudido) com o título de “Pelo Soerguimento da Amazônia”:

“(…) Trago-vos a palavra de animação, de apoio e de fé do Governo da República no momento em que é lícito esperar que se rasguem aos vossos destinos perspectivas dignas de vossa inteligência, de vosso patriotismo e vosso imenso futuro.. [Os grandes dias que vos esperam] devem-se a Arthur Bernardes que desde o começo de sua suprema investidura encarou o problema tão complexo e delicado, mas tão profundamente nacional da Região Amazônica (...).

E, após historiar os esforços feitos pelo Governo Federal desde que o Presidente da República, “compreendendo as vantagens de ser a Amazônia a preferida pelos capitais americanos”, autorizou *démarches* no sentido de ter “essa preferência assegurada”, conclui:

“A intervenção do governo da República foi, portanto, pronta, resoluta e decisiva e estais vendo, assim, que, após tantos anos de descuido da União pela vossa sorte (...) o momento chegou de serdes beneficiados por uma assistência que, esperamos, seja completa e eficaz. (...) A vinda da missão científica americana, o primeiro passo nacional para a restauração desta maravilhosa zona da Federação brasileira” (Porto, 1923: p.1).

Três pontos, nesse episódio, são fundamentais:

Primeiro, os governos regionais parecem ver, nessa “emergência excepcional em que se acha a indústria norte-americana”, a oportunidade de revitalizar as combalidas economias dos respectivos Estados, não restringindo as possibilidades de investimentos à borracha. Ao contrário, pretendem atrair os capitais americanos para um leque de oportunidades de investimentos que abrangiam a mineração, a indústria de artefatos de borracha, a extração e processamento da madeira e a exploração de fontes de energia. Por outra parte, colocavam, como mecanismo de atração dos capitalistas, uma política liberal de uso das terras e a concessão de favores e incentivos fiscais.

Segundo, o Governo Federal não só aceita a proposta, mas também empenha-se por ela quando dos seus esforços junto aos capitalistas e governo americanos.

Terceiro, o Governo Federal encampa a proposta como sua e procura passar a ideia de que

⁸ A “American Rubber Mission” era composta de oito membros (4 do Departamento da Agricultura e 4 do Departamento de Comércio). Junto com a equipe americana, viajava uma comissão especial nomeada a título de cooperação pelo governo brasileiro – designada Comissão Brasileira de Estudos Econômicos da Amazônia (Shurz, 1925).

seus sucessos diplomáticos são um primeiro passo nos esforços dos poderes da República para a solução do problema da Amazônia e o atendimento dos anseios de suas elites.

Em resumo: naqueles idos de 1923, o atrair grandes capitais americanos para a Amazônia adquiriu foros de um projeto político das frações das classes hegemônicas no nível nacional relativamente à utilização dos recursos naturais da região, passando a ter *status* de uma política nacional – a primeira – de ocupação da Amazônia com base na grande empresa capitalista. E isso é não só aceito, como desejado pelas elites locais, ao final de uma discussão na qual se pusera em relevo a escassez de capital como um problema diante da abundância de recursos naturais; em que se louvara a eficiência das grandes empresas, confiara-se no desenvolvimento tecnológico como decorrência automática das grandes empresas capitalistas e ansiara-se pelos benefícios da presença de raças fortes entre nós como forma de disciplinamento dos costumes e de melhoria do nosso perfil genético⁹.

A experiência Ford

A proposta de incorporação da região amazônica, formulada em 1923 pelas elites nacionais e regionais, equivalente, no jargão odierno da tecnocracia de governo, a um “programa de desenvolvimento com base em capitais externos de risco, autônomos, a serem compensados por uma liberal política de terras e por incentivos fiscais”, não logrou atrair a avalanche de capitais que se cogitara. Concretamente, a proposta não resultou em mais do que o Projeto Ford. Esse fato não a torna menos importante enquanto expressão de uma postura tanto do Estado Nacional, capturado pela oligarquia cafeeira, quanto dos estados locais diante da Amazônia e do capital estrangeiro. Demonstrou-se no episódio uma efetiva disposição de “fazer” a ocupação da região com grandes empresas estrangeiras, desde que estas a tanto se dispusessem. Por outro lado, o isolamento da experiência Ford não a faz pequena: foi um empreendimento gigantesco nos seus marcos físicos e técnicos; uma ousadia econômico-social que até hoje alimenta fantasias elitistas e populares. Tão marcante foi a presença daquela que era então a maior empresa do mundo capitalista no Tapajós e tão forte é a fé no poder do grande capital que muitos relutam em aceitar o reconhecimento do fracasso como a verdadeira razão do abandono do projeto pela Ford Motor Co. Mas não há dúvidas quanto a isso.

A estruturação da Companhia Ford Industrial do Brasil (eis a razão social do empreendimento), que se fez com base numa concessão de terras feita pelo governo do Estado do Pará, numa extensão total de um milhão de hectares, foi caracterizada pela utilização de avançados mecanismos, pelo modernismo dos equipamentos de infraestrutura (residências, hospitais, escolas, fontes de energia, etc.), por relações capitalistas de produção e por uma divisão

9 A discussão a que nos referimos efetivou-se pela imprensa de Belém entre março (mês em que se teve como certo o interesse americano pela Amazônia) e agosto de 1923 – mês da chegada da missão americana a Belém. O debate, por nós analisado detalhadamente em outro texto (Costa, 1993a: pp.34-45), envolveu em torno de 23 articulistas, entre políticos, intelectuais, comerciantes e seringalistas e se desenvolveu, encarando questões fundamentais do que se designava “soerguimento da Amazônia”.

aprofundada do trabalho interno. Caracterizou-se, também, de um lado, pela ausência de capital social básico na região, pela falta de conhecimento científico da natureza específica da Amazônia e, assim, pela ausência do conhecimento técnico para o plantio local da seringueira; de outro, pela falta de um mercado de trabalho nas proporções requeridas e pela impossibilidade de conduzir processos formadores desse mercado.

O primeiro conjunto de distintivos é que surge quando o resgate da memória do projeto é empreendido pelo senso comum. Esse tipo de compreensão supõe que maquinarias tão modernas, cuidados tão primorosos com a força de trabalho e relações sociais tão perfeitas não poderiam deixar de dar certo. Se o projeto foi sustado, isso não passaria de mero ato de vontade da empresa matriz, não podendo ser entendido como uma imposição, como resultado de elementos de determinação que estariam acima e além da fração individual de capital, colocando-lhes os parâmetros de atuação. Obscurece-se, assim, o outro conjunto de características do empreendimento que se demonstraram decisivas: os dois primeiros fatores encarecendo a estrutura montada – e, portanto, o preço da produção final – e os últimos impedindo a formação dos meios de produção necessários para que a valorização do capital fosse possível¹⁰.

Esse desfecho não resulta, todavia, de processo linear: é, antes, síntese de relações complexas entre a empresa capitalista que pretende estruturar-se e as condições objetivas do espaço sócioeconômico de sua atuação. Enquanto agente do capitalismo avançado, a Companhia age sobre relações de apropriação e uso da terra (impõe, no alcance de sua influência, a propriedade capitalista da terra), altera as relações técnicas de produção e coloca o assalariamento como uma via possível de reprodução da força de trabalho. Age, entretanto, como um agente mais ou menos solitário – não como parte de uma tendência que, no nível regional, viesse a provocar transformações estruturais profundas. Por seu turno, as condições locais agem sobre a lógica dos agentes do capitalismo avançado, alterando-a, primeiro, derrotando-a, depois.

A experiência da Ford mostrou, com clareza, como a lógica de um pretenso “capitalismo civilizado” (apologismo frequentemente empregado quando se pretende fazer a crítica da nossa realidade, descrevendo-a como um “capitalismo selvagem”) altera-se sistematicamente, cedendo lugar, nos trópicos, à simples racionalidade capitalista: é num processo de retorno à simplicidade originária da lógica capitalista que a Companhia decide suspender as operações de desmatamento com maquinaria e aproveitamento parcial da madeira, passando simplesmente a adotar a queimada como a técnica de abertura da mata para implantação dos seringais; que, a partir de certo momento,

10 Entendemos, face aos dados e documentos trabalhados, que a questão da mão-de-obra igualava-se às questões agrônômicas na determinação dos destinos do projeto. A nossa conclusão é de que, mesmo que não tivesse existido qualquer problema fitossanitário, o projeto não teria alcançado uma escala de produção compatível com as (ou mesmo significativa em relação às) necessidades de borracha da Ford e dificilmente atingiria um *break even point* com rentabilidade aceitável. E isso em decorrência da disponibilidade de força de trabalho. Essa não é a opinião de Waren Dean, para quem os fatores agrônômicos explicam, sozinhos, o desfecho do projeto. E assim conclui por preferir, sem qualquer demonstração, afirmar: “Os problemas de mão-de-obra da empresa Ford não podem ser considerados críticos, nem mesmo um fator importante em sua falta de lucratividade...” (Dean, 1989: p.127). Às reiteiradas manifestações do gerente de produção, Archibald Johnston, no que concerne à escassez de trabalhadores, o historiador não dá qualquer tratamento, contentando-se com a afirmativa do sucessor de Johnston, Howard C. Deckard, de que “...não havia falta de trabalhadores, de fato ou em potencial” (idem, p.127).

é tentada a substituição do assalariamento pelo colonato, como relação social de base para uma parte dos trabalhadores diretos; que se abre mão do caráter especializado que se pretendia imprimir ao empreendimento e passa-se a incentivar a produção para autoabastecimento; que se pretende conduzir, *privé*, um processo de acumulação primitiva, de expropriação de lavradores autônomos.

A derrota da fração moderna de capital verifica-se quando, apesar das alterações possíveis, a força de trabalho necessária à vida do empreendimento não é conseguida: para implantar e manter os seringais que pretendia, ao longo dos anos trinta, a Companhia precisava, no início da década, de 17.500 trabalhadores, número que se elevava, no final, para mais de 30.000; o máximo que conseguiu foi 3.100 trabalhadores em 1932, situando-se sua disponibilidade média em torno de 2.000 no mencionado período (conf. Costa, 1993a, principalmente o Cap. 3 da Parte 2). Na base da falência, está tanto o caráter singular que mantém indomada a natureza originária, quanto o acesso relativamente livre, na Amazônia da época, à terra e aos recursos naturais que suporta. Dispondo dos meios de produção da existência, como camponês, o trabalhador direto nega-se a submeter-se pela via do assalariamento, a trocar a autonomia e o ritmo do trabalho na unidade familiar pela disciplina do trabalho organizado nos moldes capitalistas. Esse fato é bem demonstrado pelos dados relativos ao desenvolvimento da pequena produção agrícola no Estado do Pará. Os estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares, que, em 1920, eram 19.752, passam a somar, em 1940, 50.188. Sua área média passa de 27,9 ha em 1920 para 19,8 em 1940. A área cultivada com arroz, milho, algodão, fumo, cana-de-açúcar e café, em 1920, era de 91.477 ha. Em 1940, as lavouras temporárias ocupavam uma área de 275.007 hectares e as culturas permanentes, 218.110 hectares¹¹.

O processo de campesinização a que nos referimos no início deste capítulo segue, pois, indiferente às agruras da unidade capitalista que não consegue implantar-se por falta de trabalho. Fato que vem reafirmar a expropriação do trabalhador direto, isto é, a chamada acumulação primitiva, e suas manifestações necessariamente selvagens, como processo necessário ao avanço capitalista, ao estabelecimento da tendência homogeneizadora desse modo de produção.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA DOS INCENTIVOS FISCAIS E AS GRANDES EMPRESAS AGROPECUÁRIAS NA “FRONTEIRA” AMAZÔNICA¹²

Em 1966, o governo militar, que se impusera ditatorialmente em 1964, delineia, com clareza, uma estratégia para a inserção da região amazônica na sua política geral, que pretendia vencer a crise do padrão de acumulação em desenvolvimento desde os anos 10, suplantando

11 Ver BRASIL – Censo de 1920, Vol. III, 1ª parte, p. XIII e XV, 2ª parte, p. XIV e IBGE – Censo de 1940, p.214.

12 Parte substantiva deste capítulo foi apresentada no XIX Encontro Nacional de Economia de 1991, organizado pela ANPEC em Curitiba, e publicado nos seus Anais, Vol. 3, pp. 327-354.

IMAGEM DE FUNDO - FRACTAIS

O termo *fractal* foi criado por *Benoît Mandelbrot*, matemático francês nascido na Polónia, que descobriu a geometria fractal, a partir do adjetivo latino *fractus*, do verbo *frangere*, que significa quebrar. Ele usou o termo para descrever um objeto geométrico que nunca perde a sua estrutura qualquer que seja a distância de visão. São produzidos por meio de equações matemáticas que podem ser interpretadas por formas e cores a partir de aplicativos usados em ambientes virtuais. Sua principal característica é a autossimilaridade. Eles contêm, dentro de si, cópias menores deles mesmos. Essas cópias, por sua vez, contêm cópias ainda menores e assim sucessivamente.

IMAGENS DA CAPA

- Plantação
- Vitória-régia
- Gado bovino no curral
- Mangueira com fruto
- Gado no pastos



Apelo

